

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

VIOLENCIA DE GÉNERO Y MASCULINIDAD HEGEMÓNICA

GENDER-BASED VIOLENCE AND HEGEMONIC MASCULINITY



Sonia Ligia ANGELICO¹
e-mail: slangelico@uol.com.br

Como referenciar este artigo:

Angelico, S. L. (2026). Violência de gênero e masculinidade hegemônica. *Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.*, 27(esp1), e026020. <https://doi.org/10.30715/doxa.v27iesp.1.21492>



Submetido em: 06/05/2026

Revisões requeridas em: 12/05/2026

Aprovado em: 16/07/2026

Publicado em: 10/09/2026

Editor: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Instituto Casa Yasmin, Santo Amaro – São Paulo (SP) – Brasil. Doutora e Mestra em Psicologia Clínica pelo Programa de Pós-Graduação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2018). Diretora do Instituto Casa Yasmin.

RESUMO: Este artigo discute a relação entre violência de gênero e masculinidade hegemônica na contemporaneidade, com foco nas transformações sociais que atravessam o comportamento masculino. O objetivo é compreender como a masculinidade tradicional, associada ao homem viril, potente e bem-sucedido, sustenta práticas violentas. A investigação se baseou na tese de doutorado *Homens em movimento: pesquisa qualitativa da masculinidade na geração X e geração Y* (2025), na qual foram identificadas questões inesperadas sobre o homem tradicional, aspectos relevantes para a compreensão da violência no espaço privado. Foi realizada pesquisa qualitativa com dois grupos focais, utilizando o *software* IRaMuTeQ e análise temática. Os resultados indicaram permanências da masculinidade hegemônica nas gerações X e Y, apesar de apresentarem diferenças de comportamento entre elas (gerações). Conclui-se que a violência de gênero permanece vinculada às estruturas culturais de dominação, coexistindo com processos de transformação identitária masculina.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero. Masculinidade hegemônica. Espaço privado. Parentalidade.

RESUMEN: Este artículo analiza la relación entre la violencia de género y la masculinidad hegemónica en la actualidad, centrándose en las transformaciones sociales que afectan el comportamiento masculino. El objetivo es comprender cómo la masculinidad tradicional, asociada al hombre viril, poderoso y exitoso, sustenta las prácticas violentas. La investigación se basó en la tesis de doctorado *Hombres en movimiento: investigación cualitativa sobre la masculinidad en la generación X y la generación Y* (2025), en la que se identificaron cuestiones inesperadas sobre el hombre tradicional, aspectos relevantes para comprender la violencia en el ámbito privado. Se llevó a cabo una investigación cualitativa con dos grupos focales, utilizando el *software* IRaMuTeQ y el análisis temático. Los resultados indicaron la persistencia de la masculinidad hegemónica en las generaciones X e Y, a pesar de que presentan diferencias de comportamiento entre ellas (las generaciones). Se concluye que la violencia de género sigue vinculada a las estructuras culturales de dominación, coexistiendo con procesos de transformación de la identidad masculina.

PALABRAS CLAVE: Violencia de género. Masculinidad hegemónica. Espacio privado. Paternidad.

ABSTRACT: This article discusses the relationship between gender-based violence and hegemonic masculinity in contemporary society, focusing on the social transformations that shape male behavior. The objective is to understand how traditional masculinity—associated with the virile, powerful, and successful man—sustains violent practices. The investigation was based on the doctoral dissertation *Men in Motion: A Qualitative Study of Masculinity in Generation X and Generation Y* (2025), which identified unexpected issues concerning the traditional male figure, highlighting aspects relevant to understanding violence within the private sphere. A qualitative study was conducted with two focus groups, using the IRaMuTeQ software and thematic analysis. The results indicated the persistence of hegemonic masculinity among both Generation X and Generation Y, despite differences in behavioral patterns between these generations. It is concluded that gender-based violence remains linked to cultural structures of domination, coexisting with ongoing processes of transformation in male identities.

KEYWORDS: Gender-based violence. Hegemonic masculinity. Private sphere. Parenthood.

INTRODUÇÃO

Quem, como a autora, viveu a infância, adolescência e mesmo parte da vida adulta sem internet, sabe como tudo era muito diferente. As pessoas se comunicavam por meio de telefones, cartas e telegramas. As pesquisas eram feitas em livros, enciclopédias e dicionários, e o jornal impresso e a televisão eram as principais fontes de notícias.

A educação era tradicional e o papel do homem e da mulher eram bem diferenciados. A família considerada ideal era composta por uma hierarquia descendente: pai, mãe e filhos, em que o homem era responsável pela esfera pública, e a mulher, pela esfera privada. Na maioria dos lares, esperava-se do homem o papel do provedor, e da mulher, o de cuidadora, expressão complementar de domínios hierarquizados. De fato, esse modelo de família, nuclearizada e decorrente da ascensão da burguesia urbana dos séculos XVIII e XIX, é apenas uma das expressões da família humana, mas, a despeito de outros formatos ao longo do tempo, trazem em seu bojo o traço comum da posição social superior do masculino.

Desde o 2º ou 3º milênio A.C., várias sociedades — Índia, China, Irã, Judeia, Astecas — terão como marca o patriarcado, vocábulo usado no sentido de orientação masculina da organização social. A desigualdade entre gêneros no mundo e no Brasil é sustentada por uma cultura patriarcal que prioriza o acúmulo de patrimônio e a perpetuação de valores tradicionais.

Assim, de acordo com o dicionário *Michaelis*, o vocábulo ‘patriarcado’ é definido como um sistema social e político no qual a autoridade e o controle são exercidos predominantemente pelos homens. Essa definição reflete a estrutura social em que os homens ocupam posições de poder e liderança, enquanto as mulheres são relegadas a papéis subordinados e dependentes.

O patriarcado é caracterizado por uma hierarquia que privilegia o masculino e limita a igualdade de gênero, influenciando as relações familiares, sociais e institucionais. Quem viveu numa família assim estruturada sentiu as demandas do feminino, sujeitas de uma educação tradicional, em que os valores eram a castidade, a obediência e os bons modos; em síntese, a submissão.

Essa realidade levou-me a refletir sobre como o projeto de vida feminino parecia restringir-se a casar e ter filhos, configurando uma visão limitada do papel da mulher na sociedade, e, assim, fui estudar, para entender qual lugar ocupava na sociedade, na família e comigo mesma. Minha primeira formação foi em Serviço Social (sonho de criança fazer trabalho social) e, daí, foi um pulo para graduação em Psicologia (fazia psicoterapia). Seguindo meu caminho de aprendizado, me formei em *Gestalt* Terapia no Instituto Sedes Sapientiae (SP), Terapia de Casal e Família na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e, em

seguida, cursei mestrado sobre Machismo em 2019 na PUC-SP e doutorado com a tese *Homens em movimento: pesquisa qualitativa da masculinidade na geração X e na geração Y* em 2025, também na PUC-SP.

Como terapeuta sistêmica de família, casal e individual no meu consultório particular desde 1983 e como diretora há 19 anos da Organização Não-Governamental (ONG) Instituto Casa Yasmin com população vulnerável, senti a necessidade de buscar conhecimento por estar também experienciando, vivendo e sentindo todas as consequências das transformações da pós-modernidade. Concordo com o pensamento da Prof.^a Dra. Rosa M. S. Macedo (2009) de que “a visão paradigmática pós-moderna admite a construção da realidade pelo observador como parte do observado” (p. 69). Entende-se, assim, que o papel do psicólogo de casal, família e individual é de suma importância atualmente.

O psicoterapeuta atua como um facilitador para seu cliente, conduzindo-o para o entendimento de seus conflitos e emoções que, provavelmente, estarão relacionados às crenças e valores de sua família de origem. O psicoterapeuta é um norteador atento e de escuta, que proporciona um espaço de respeito, possibilitando, com isso, uma compreensão amorosa de suas dificuldades para que possa traçar o seu caminho com mais clareza e saber qual foi e qual é seu papel no sistema familiar, procurando ter a noção de si mesmo nas repetições de sua história de família para, quem sabe, ‘ser’ uma pessoa mais livre consigo mesmo.

Para uma melhor compreensão deste homem tradicional, se faz necessário observar a complexidade de transformações que estão ocorrendo na sociedade, na política, na economia, na família e nas questões de gênero, e com a pandemia ocasionando mudanças no comportamento de todos nós seres humanos, somada à crise econômica, à radicalização na política, às crescentes e recentes reivindicações das mulheres, em protestos contra o assédio, feminicídio, os muitos casos de estupro e violência doméstica apresentados pela mídia, fica evidente que, mesmo hoje, há homens que acreditam serem superiores e donos das mulheres, podendo tratá-las como bem lhes convém, com atitudes normativas do comportamento machista, o que, em função da nova posição feminina, é considerado retrógrado, preconceituoso e culturalmente inaceitável.

Esses processos contribuíram para questionar a supremacia masculina, embora suas transformações ainda estejam em curso e presentes na atitude da masculinidade hegemônica.

Dando sequência para a compreensão deste homem, que foi educado para ser forte, provedor e viril, encontra-se sozinho, sem saber como agir ou mesmo identificar o que sente diante das demandas femininas e das transformações sociais que o pressionam por mudanças.

Em seu desespero de perder poder, referências e reconhecimento, pode recorrer à violência como forma equivocada de autodefesa e sobrevivência.

Segundo o *Mapa da Segurança Pública 2024*, foram registrados 17.009 suicídios no Brasil em 2023, correspondendo a 8,6 mortes por 100 mil habitantes (Brasil, 2024). Aproximadamente 78% dos casos registrados no primeiro semestre envolveram homens. Esses números sugerem que a rigidez da masculinidade tradicional — marcada pela negação da vulnerabilidade, do autocuidado e da expressão emocional — pode estar associada ao sofrimento psíquico, ao adoecimento e à mortalidade masculina.

O que fazer com este homem? Ele está expressando conflitos, inseguranças e medos. Não se trata de justificar a violência, mas de compreendê-la em sua complexidade. É necessário ajudá-lo a compreender a si mesmo e a romper com a armadilha cultural do patriarcado, que legitima um modelo hegemônico de masculinidade como o único possível, correto e vitorioso e impossível de ser atingido, que faz parte da própria armadilha cultural com objetivo na manutenção do poder masculino.

Com o exposto acima, a relevância deste artigo é poder contribuir a partir do meu estudo *Homens em movimento: pesquisa qualitativa da masculinidade na geração X e na geração Y* (Angelico, 2025), e trazer uma luz no túnel da questão da masculinidade hegemônica (homem provedor, viril e bem-sucedido) e a possibilidade, mesmo que seja uma pequena pesquisa acadêmica, de um início de uma mudança nas crenças e valores culturais que tanto massacram e cobram deste homem o ‘empoderamento impossível’ para ser atingido.

Em relação à geração X (40 a 55 anos), o homem pai, que não se sente ameaçado em sua masculinidade no cuidar do seu filho, se sente satisfeito e generoso, se abrindo para suas emoções. Outro aspecto importante a se comentar é que os homens da geração Y (26 a 39 anos) trazem as questões da masculinidade hegemônica, mas têm consciência de que precisam mudar, apesar de suas crenças e valores tradicionais. Se sentem inseguros em relação às mulheres, que estão mais seguras e trabalhando, e eles são a primeira geração mais pobre financeiramente depois de avô e pai, que não sabem se terão filhos e casar.

Tanto os homens quanto as mulheres são resultado de uma construção social que perdurou durante séculos, e que está se transformando muito devagar, como todas as crenças, costumes e tradições que são muito difíceis de mudar.

MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

“Ser homem é não se parecer com nada do feminino” (Kimmel, 1996).

No Brasil, somente há cerca de um século a ideologia machista tem sido falada e questionada. Está presente no sistema econômico, social e político, nas religiões, na mídia, no sistema educacional e no núcleo familiar. Nesse sistema, a mulher encontra-se submissa ao homem, sem direito de expressão, ou sendo forçada pela sociedade machista a servir às vontades do marido ou do pai, caracterizando um tradicional regime patriarcal.

Como lembra Giddens (1991), o machismo pós-moderno é um fenômeno novo que se alimenta da antiga cultura patriarcal e a reafirma nos vícios e compulsões da sociedade pós-tradicional. Ele se exterioriza no exibicionismo, na vanglória, no prazer da dominação e na imposição da crueldade em si mesma, corrompendo valores associados ao individualismo como princípio universal, à responsabilidade social e à solidariedade cidadã. Essa estrutura hierárquica, na qual o masculino ocupa posição superior ao feminino, traduz-se na ideologia machista, presente na sociedade há milênios.

A afirmação de que “o macho só é macho em certos momentos, a fêmea é fêmea durante toda a sua vida, pelo menos durante toda a sua juventude” (Badinter, 1993, p. 3) sustenta a discussão de que a ordem ‘seja homem’ não é tão evidente quanto parece e que a virilidade não é tão natural quanto se pretende fazer acreditar. Nascer menino não basta: ser homem implica um trabalho constante de validação. Em contrapartida, as mulheres não precisam provar continuamente que são mulheres. Segundo a autora, age-se como se a feminilidade fosse natural, enquanto a masculinidade precisa ser conquistada, muitas vezes a um alto custo. O próprio homem e aqueles que o cercam demonstram tão pouca confiança em sua identidade sexual que frequentemente exigem provas de sua virilidade.

Ao abordar o conceito de machismo, é importante distingui-lo da masculinidade hegemônica. Enquanto o machismo corresponde a um sistema de crenças, valores e práticas que sustenta a desigualdade de gênero entre homens e mulheres, a masculinidade hegemônica refere-se ao modelo cultural dominante do que significa ser um ‘homem de verdade’, influenciando comportamentos e expectativas sociais. Segundo Badinter (1993), esse padrão é, em grande medida, inalcançável: embora muitos homens busquem aproximar-se desse ideal, persistem ambiguidades e contradições em sua vivência cotidiana, diante das múltiplas exigências impostas por esse modelo de masculinidade.

Segundo Connell (1995):

Masculinidade hegemônica pode ser definida como a configuração de uma prática de gênero que incorpora a resposta aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, que garante (ou que se ocupa de garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. (Cornell, 1995, p. 77)

O conceito nos mostra que a masculinidade hegemônica não tem um padrão fixo, por suportar estruturas e normas sociais, que mudam com o tempo e o lugar e que têm a discriminação sexual como ponto fundamental da dominação.

Esse *modo de ser homem* que reproduz e legitima uma opressão sexista é uma masculinidade que vem sendo questionada e desconstruída gradativamente. A violência de gênero estende-se a qualquer caso em que uma diferença sexual seja utilizada para dar razão a uma desigualdade de gênero.

Complementando o pensamento acima, Angelico (2019) registra que:

o homem tem uma posição difícil na sociedade, em função de como foi educado de como ele é visto, de como é cobrado e o que se espera dele. O processo cultural, os valores e crenças do patriarcado estão arraigados, tanto nas atitudes de homens como de mulheres brasileiros. A ideologia machista está presente na sociedade, principalmente em relação ao trabalho e à sexualidade onde o homem se define em sua masculinidade. (p. 67)

Ampliando seu olhar sobre masculinidades, Maciel Jr. (2013) aborda:

o principal objetivo dos estudos críticos sobre homens na atualidade é entender como as masculinidades são construídas, produzidas e reproduzidas, assumindo que são variadas e mutáveis ao longo do tempo (história) e espaço (cultura), dentro da mesma sociedade, ao longo do ciclo vital e biografia individual. (Maciel Jr., 2013, pp. 50–51)

As transformações nas relações de gênero têm levado ao questionamento de privilégios e modelos tradicionais de masculinidade. Nesse contexto, os debates sobre a identidade masculina apontam para uma crise da masculinidade contemporânea, marcada pela necessidade de redefinição das identidades e dos papéis masculinos.

CRISE DA MASCULINIDADE

Segundo Ramos (2000), na década de 1980, nos EUA, e nos últimos anos da década de 1990, no Brasil, surgiu uma discussão acerca da *crise da masculinidade*. Mas que crise é essa? Segundo o autor, com base em Trevisan (2021), o masculino não está em crise, uma vez que ele, em si, é um gênero que vive em estado de crise permanente e endêmica na sociedade patriarcal. Nesse sentido, a masculinidade não é algo dado, mas algo que constantemente se procura conquistar. Para o autor, as conquistas do feminismo não determinaram a crise, só a tornaram mais visível (Ramos, 2000).

De acordo com Alvim e Souza (2004), a nova psicologia do homem surgiu tardiamente diante de problemas urgentes, pois os homens estavam fortemente presentes em diversas situações de vulnerabilidade social e comportamental, como abuso de substâncias, situação de rua, violência, afastamento dos filhos, mortes por homicídios, suicídios, acidentes e doenças relacionadas ao estresse. Os autores afirmam, ainda, que a demora em enfrentar essas questões contribuiu para uma atual crise de conexão entre homens e mulheres (Alvim & Souza, 2004).

Uma pesquisa Eles por Elas (*HeForShe*), realizada pela ONU Mulheres (2016), revelou que 95% das mulheres e 81% dos homens entrevistados concordam que o homem brasileiro é machista. O estudo também aponta que os estereótipos associados à masculinidade geram dificuldades para os próprios homens: 66,5% afirmaram não conversar com amigos sobre medos e sentimentos; 45% gostariam de não se sentir obrigatoriamente responsáveis pelo sustento financeiro da família; e 45,5% desejariam expressar-se de forma menos dura ou agressiva, mas não sabem como. Nessa perspectiva, também não parece ser simples lidar com a figura do ‘herói durão’ e com o ideal de virilidade, que exige demonstrações constantes de força, poder e capacidade de prover. Dados mais recentes da mesma iniciativa mostram que 56,5% dos homens gostariam de manter relações mais próximas e afetuosas com os amigos, enquanto 54% desejariam ter maior liberdade para explorar *hobbies* pouco usuais sem serem julgados (ONU Mulheres, 2016, 2021).

Mas, como indica Bourdieu (2010), o privilégio masculino é também uma cilada:

e encontra sua contrapartida na tensão e contenção permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade. (Bourdieu, 2010, p. 64)

Para ele, a família tem o papel principal na reprodução de dominação e da visão masculina, pois é nela que se impõe a experiência, desde muito cedo, da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão.

Trevisan (2021) comenta que a ‘desintegração’ do masculino tem a ver com as transformações históricas que começaram a inviabilizar a manutenção do mito. Continuando seu pensamento, diz:

hoje o masculino sofre investidas e transformações em escala planetária. Seus mitos se revelam fragilíssimos, vitimados pela própria “ilusão do masculino” que a sociedade patriarcal esmeradamente veio criando para a construção do “verdadeiro homem”. (Trevisan, 2021, p. 21)

Segundo o autor, “os grupos de ódio que deflagram ataques ao feminismo nas redes sociais e o aumento de casos de estupro e feminicídio em todo mundo podem ser apontados como sintomas de uma crise ainda em curso” (Trevisan, 2021, p. 29).

O que constatamos na fala dos autores e da autora do artigo é como o padrão estabelecido para a masculinidade hegemônica é praticamente impossível de ser atingindo, trazendo conflitos, ambiguidades e sofrimento para este homem.

Embora as origens do patriarcado se percam no tempo, até os dias atuais, o regime patriarcal é visto como um modelo a seguir, para onde se dirige toda a vida econômica, social e política englobando a Igreja e o Estado.

Segundo Souza e Ramires (2006), a partir da década de 1970, transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas — como os movimentos pelos direitos das mulheres e minorias, a inserção feminina no mercado de trabalho, a difusão da mídia, a pílula anticoncepcional, a legalização do divórcio e a mudança para uma economia de serviços — passaram a questionar e flexibilizar o papel tradicional do homem, gerando mudanças significativas tanto em sua atuação pública quanto em sua vida privada.

Desde os meados do século XX, com ou sem crise, a imagem pública do masculino é ambivalente e os homens entraram em questão, talvez menos no espaço público quanto no privado. A prática clínica e uma miríade de pesquisas sobre família e conjugalidade indicam que é no espaço doméstico — divisão das tarefas domésticas, demanda de satisfação conjugal e sexual no casamento — e na participação no cuidado da prole que se identificam as grandes exigências de, diga-se, atualização dos comportamentos. O quanto isso gera uma crise da(s)

masculinidade(s) como concepção social é diverso do que ocorre no dia a dia da família, quando se trata de relacionamentos vinculares, que é o que interessa compreender em profundidade.

As transformações contemporâneas produziram deslocamentos na identidade masculina. Segundo Bauman (2001), a modernidade líquida é marcada pela instabilidade das referências tradicionais, o que pode levar muitos homens a vivenciarem a perda da autoridade doméstica e econômica como crise identitária. Nesse cenário, a violência tende a operar como tentativa de restauração simbólica do poder masculino. Kimmel (1996) reforça que a crise não decorre dos homens em si, mas da própria ‘receita de masculinidade’, que também sustenta a opressão de mulheres e minorias. Nesse contexto, abre-se a discussão sobre violência de gênero e o comportamento do homem tradicional na sociedade contemporânea.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência é compreendida como um problema de saúde pública e pode ser definida, conforme Minayo e Souza (1997), como qualquer ação intencional perpetrada por indivíduos, grupos, instituições, classes ou nações contra outras pessoas, causando prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e/ou espirituais.

A violência associada à masculinidade hegemônica pode ser compreendida como uma resposta defensiva inconsciente diante do medo da perda da individualidade, historicamente vinculada ao papel de provedor e à construção de uma sexualidade centrada no chamado ‘poder falocêntrico’.

Quando falamos de violência masculina, o foco recai sobre a violência de gênero. Esse conceito é mais amplo do que a noção de violência contra a mulher, pois engloba também crianças, adolescentes e as masculinidades subalternas que, segundo Connell (1995a), correspondem aos homens que não se enquadram nos padrões da masculinidade hegemônica.

De acordo com a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (2022), a violência de gênero compreende qualquer forma de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica motivada pela identidade de gênero ou orientação sexual. Historicamente, as mulheres figuram entre as principais vítimas desse tipo de violência, segundo a Defensoria, em razão das relações desiguais de poder que estruturam a sociedade. Dados do *Atlas da violência 2026* evidenciam essa assimetria ao mostrarem que, enquanto os homens são maioria entre as vítimas de homicídios e mortes por causas externas, as mulheres concentram os maiores índices de

violência doméstica e feminicídio, demonstrando que a violência de gênero opera por dinâmicas distintas, embora inter-relacionadas (Cerqueira & Bueno, 2026).

Neste contexto, a violência masculina pode ser compreendida como um fenômeno social e histórico associado ao patriarcado, aos processos de socialização de gênero e à consolidação da masculinidade hegemônica. Mais do que um comportamento individual, ela constitui uma prática social aprendida e frequentemente legitimada como forma de afirmação identitária, baseada em ideais de poder, força e virilidade. Assim, a violência não deve ser entendida como inerente aos homens, mas como um dispositivo culturalmente construído, cujos efeitos atingem tanto as vítimas diretas quanto a própria imagem social da masculinidade na contemporaneidade.

Segundo Bourdieu (2010), a chamada violência simbólica constitui uma prática social por meio da qual relações de poder moldam comportamentos e identidades. Já o terapeuta familiar sistêmico Bowen (2004) afirma que a violência de gênero está associada a padrões familiares que atravessam gerações e podem ser transmitidos como modelos relacionais no interior do sistema familiar.

Na prática clínica da terapia familiar, esse argumento costuma significar que a violência é vista como um padrão relacional aprendido; ela pode ser desaprendida e transformada; o foco terapêutico inclui comunicação, regulação emocional, crenças sobre masculinidade e dinâmicas familiares intergeracionais. Ou seja, a terapia não entende a violência masculina como ‘natureza do homem’, mas como um comportamento construído em contextos sociais e familiares específicos.

Além disso, à violência praticada por homens constitui um grave problema social e de saúde pública no Brasil., como podemos ver nos dados do *Atlas da violência 2024*, que indicam mais de 90% das mortes violentas intencionais no país vitimam homens, e a maioria dos autores também é masculina (Cerqueira & Bueno, 2024). No campo da violência doméstica, os homens figuram majoritariamente como agressores, especialmente em relações conjugais e familiares.

Dados do *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil* indicam que o Brasil ocupa a quinta posição mundial em feminicídios, evidenciando a persistência de estruturas sociais conservadoras e patriarcais (Waiselfisz, 2015). Além disso, o país lidera os índices de assassinatos de pessoas trans e de gêneros diversos. Segundo dados da Transgender Europe (TGEU), citados por Nogueira (2024), essa violência está associada a uma lógica

patriarcal que privilegia modelos hegemônicos de masculinidade e marginaliza aqueles que não correspondem às expectativas da heteronormatividade².

No Brasil, os homens figuram majoritariamente como autores (doméstica, familiar, estupro) e vítimas de violências, como nas letais (armas de fogo, roubos, assassinatos), acidentes (carro, brigas) e comportamentos de risco na saúde. A socialização masculina ainda é fortemente marcada pela repressão emocional e pela valorização do risco. Homens procuram menos os serviços de saúde, realizam menos ações preventivas e apresentam maior resistência ao cuidado, o que está diretamente associado a padrões culturais de masculinidade (Brasil, n.d.).

Do ponto de vista teórico, autores como R. W. Connell (1995b) e Connell e Messerschmidt (2005) demonstram que a masculinidade hegemônica se organiza em torno de atributos como poder, controle, virilidade, racionalidade e dominação, frequentemente sustentados pela negação da vulnerabilidade e pela repressão emocional. Nesse modelo, a violência — simbólica, psicológica ou física — surge como recurso legítimo para manutenção da autoridade masculina, sobretudo quando o homem percebe ameaças à sua posição de poder, seja no âmbito privado (família, relações afetivas) ou no espaço público (trabalho, *status* social).

Kimmel (2013) argumenta que uma parcela significativa da violência masculina está associada a experiências de medo e à percepção de não corresponder aos parâmetros culturalmente estabelecidos de ‘ser homem’. Nesse quadro, a violência funciona como um mecanismo de reafirmação identitária diante de situações de frustração, perda de *status* e tensão frente às transformações sociais contemporâneas, como o avanço dos direitos das mulheres, a pluralização das identidades de gênero e a reconfiguração das relações familiares. O autor denomina esse processo de ‘masculinidade ameaçada’, destacando que sentimentos de humilhação, fracasso ou impotência simbólica podem desencadear respostas violentas como tentativa de restauração da masculinidade ferida (Kimmel, 2013). Essas reações podem ser direcionadas a outros sujeitos — mulheres, crianças e homens em posições subordinadas — ou voltadas contra si mesmos, expressando-se em comportamentos autodestrutivos, como abuso de substâncias, envolvimento em brigas e suicídio.

² Heteronormatividade (do grego *hetero*, ‘diferente’, e *norma*, ‘esquadro’, em latim) é a norma, o padrão, ou o considerado normal numa sociedade em que a pessoa seja heterossexual, ou seja, sinta atração pelo gênero oposto. É um vocábulo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Isso inclui a ideia de que os seres humanos recaem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea; que relações sexuais e maritais são normais somente entre pessoas de sexos diferentes.

A violência como componente estrutural da masculinidade hegemônica

Segundo Connell (1995b), a masculinidade hegemônica baseia-se em um modelo normativo de domínio, virilidade e poder, tanto no âmbito público quanto privado. Nesse cenário, a violência funciona não como um desvio, mas como um mecanismo regulador e um recurso legitimado para manter a subordinação das mulheres, produzir hierarquias entre os próprios homens e reafirmar a autoridade sempre que for percebida como ameaçada.

Violência como linguagem emocional

Como evidenciado pelo documentário *O silêncio dos homens*³ (Papo de Homem, 2019), — fundamentado em um projeto que ouviu mais de 40 mil pessoas —, a masculinidade hegemônica frequentemente apoia-se na negação e na ridicularização de atributos associados ao feminino, a exemplo da inteligência emocional e do cuidado.

Diante dessa repressão, estudos contemporâneos indicam que a violência atua como uma forma empobrecida de comunicação emocional. Privados de um repertório simbólico adequado para expressar medos, frustrações e sofrimentos psíquicos, muitos homens convertem dor em raiva, transformam vulnerabilidade em ataque e utilizam a força física como via de expressão. A agressividade, portanto, configura-se como um sintoma direto da negação emocional imposta socialmente aos homens.

CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA PARA A MASCULINIDADE

Adoecimento físico e psíquico dos homens

As consequências do modelo hegemônico violento refletem-se, primordialmente, no adoecimento físico e psíquico dos homens. Dados do Ministério da Saúde apontam uma maior incidência de comportamentos de risco na população masculina, resultando em elevadas taxas de consumo abusivo de álcool e maior mortalidade por causas externas, como acidentes e homicídios (Brasil, n.d.). O suicídio, que afeta desproporcionalmente a população masculina — responsável por cerca de 8 em cada 10 casos registrados no país —, evidencia de forma drástica o caráter autodestrutivo desse padrão.

³ Esse filme faz parte de um projeto que ouviu mais de 40 mil pessoas a respeito das masculinidades. Além do documentário, esse estudo resultou também num livro-ferramenta com dados públicos por meio de um convênio com o Consórcio de Informações Sociais (CIS) da Universidade de São Paulo (Papo de Homem, 2019).

Essa dinâmica é agravada pela repressão emocional e pela dificuldade em buscar ajuda, gerando o que Courtenay (2000) define como ‘violência masculina contra si’, caracterizada por isolamento, adoecimento silencioso e baixa adesão aos cuidados de saúde. Paradoxalmente, essa masculinidade sustentada pela agressividade revela-se frágil e dependente da submissão alheia, uma vez que, conforme destacam Connell e Messerschmidt (2013), quanto mais rígido for o modelo de gênero, maior será a sua instabilidade e vulnerabilidade diante das transformações sociais.

Impactos sociais e intergeracionais

A violência masculina compromete vínculos familiares, afeta o desenvolvimento infantil e perpetua ciclos de desigualdade de gênero. Trata-se, portanto, de um fenômeno que extrapola o indivíduo e se configura como questão coletiva e estrutural. Não é natural nem inevitável, mas resultado de processos históricos de socialização que associam masculinidade a poder, controle e negação da vulnerabilidade. No Brasil, os dados oficiais do *Mapa da Violência* demonstram que esses modelos produzem elevado custo social, humano e econômico, atingindo especialmente os próprios homens.

O enfrentamento da violência masculina exige políticas públicas intersetoriais, práticas clínicas sensíveis ao gênero e ações educativas que promovam masculinidades plurais, cuidadoras e emocionalmente responsáveis. Investir na transformação das masculinidades é estratégia central para a redução da violência e para a promoção da saúde coletiva.

Como consequência, a imagem social do homem violento passa a ser socialmente associado ao risco, à ameaça e à incapacidade de lidar com frustrações de forma elaborada. Essa imagem negativa afeta não apenas aqueles que praticam violência direta, mas recai, de forma difusa, sobre o masculino enquanto categoria social, gerando desconfiança, vigilância e, em alguns casos, estigmatização.

Paradoxalmente, revela também um impasse subjetivo: muitos homens permanecem socializados para a dureza emocional, o silêncio psíquico e a resolução dos conflitos pela força, ao mesmo tempo em que são cobrados por atitudes empáticas, dialógicas e não violentas. Sem espaços simbólicos e institucionais adequados para reelaborar sua identidade, parte desses homens responde com resistência, ressentimento ou intensificação da violência — inclusive contra si mesmos, por meio de comportamentos autodestrutivos, abuso de substâncias e suicídio.

Outro ponto para este entendimento é o homem público e o homem no mundo privado, objeto de nosso estudo, que, com as mulheres trabalhando fora, tem sido cobrado no papel do cuidado com os filhos, nos afazeres domésticos e no que eles precisam mudar.

HOMEM PÚBLICO E HOMEM PRIVADO

Quando se fala do homem público, está-se falando de hierarquia, poder, prestígio e desigualdade, que acontecem até hoje, onde eles se encontram numa posição estável apesar dos questionamentos e do efeito da internet, dos *sites* e do mundo digital que criticam e abordam seu papel na sociedade, como casos de assédio, violência, grupos de ódio contra mulher, entre outros.

No mundo público, o homem ainda pode sustentar a *performance* hegemônica; no mundo privado, expõe dimensões da subjetividade que o espaço público permite ocultar: fragilidade emocional, dependência afetiva, insegurança sexual, medo de abandono.

Como argumenta Michael Kimmel (1996), a masculinidade tradicional é construída como *performance* diante de outros homens. No espaço doméstico, porém, a *performance* cede lugar à intimidade — e é justamente aí que o ideal hegemônico pode se fragilizar.

No mundo privado, este homem encontra demandas por diálogo emocional, exposição de fragilidades, expectativa de coparticipação doméstica, e questionamento da autoridade.

Esse contraste gera um fenômeno que poderíamos denominar como uma ambivalência: um *self* público potente e um *self* privado inseguro. É este *self* privado inseguro que abordaremos mais à frente.

PATERNIDADE CONTEMPORÂNEA

Para compreender o homem no mundo privado, é necessário contextualizá-lo no universo doméstico. O homem torna-se pai quando nasce um filho, mas a experiência da paternidade vai além da condição biológica. Nas últimas décadas, a paternidade tem passado por transformações significativas. Tradicionalmente, o pai era visto como alguém relativamente afastado da dinâmica familiar, cuja presença estava associada principalmente ao cumprimento de normas sociais e à função de provedor. As mudanças nas configurações familiares e as demandas da sociedade contemporânea passaram a exigir um novo modelo de paternidade, no qual o pai assume um papel mais próximo, participativo e corresponsável nas relações familiares (Rodrigues & Gonçalves, 2011).

Nas famílias organizadas segundo a lógica tradicional da complementaridade provedor-cuidadora, a paternidade era exercida predominantemente por meio do cuidado indireto, representado pelo sustento financeiro e pela autoridade, enquanto a maternidade estava associada ao cuidado direto dos filhos.

O conceito de parentalidade emerge com a chegada dos filhos e envolve os processos de criação, educação e socialização. Esse exercício exige dos pais habilidades de nutrir, orientar, proteger e adaptar-se às diferentes etapas do desenvolvimento infantil (Minuchin, 1982). O nascimento de uma criança provoca uma transformação significativa na estrutura familiar, exigindo ajustes no sistema conjugal para responder às novas demandas parentais. Inicialmente, o subsistema parental organiza-se para atender às necessidades básicas da criança, como cuidado e alimentação; posteriormente, amplia-se para funções relacionadas à orientação, educação e socialização.

Esse processo demanda uma renegociação constante de limites entre os cônjuges, a família ampliada e outras influências externas (Lamela et al., 2010; Minuchin, 1982). Ao longo do desenvolvimento infantil, o subsistema parental precisa adaptar-se continuamente às novas exigências, sem perder o apoio mútuo característico da relação conjugal. As funções parentais tornam-se progressivamente mais complexas à medida que a criança cresce (Frizzo et al., 2005).

É importante destacar que a rotina familiar e a divisão dos cuidados com os filhos constituem não apenas uma fonte recorrente de conflito conjugal, mas também um fator associado ao declínio da satisfação conjugal (Bogdan et al., 2022). Esse dado evidencia como a naturalização da responsabilidade feminina pelos cuidados ainda representa um importante fator de tensão na vida doméstica.

Nesse sentido, é fundamental compreender que a concepção de masculinidade vigente em cada período histórico constitui o enquadre para o exercício da paternidade. Masculinidade e paternidade mantêm uma relação de influência recíproca ao longo da história. Se, em outros momentos, a figura paterna era confundida com a função de provedor, atualmente espera-se que o pai também exerça funções de cuidado e envolvimento afetivo (Souza, 1994).

Os estudos de Faria (2003), Fender (2016) e Machado (2021) reforçam essa perspectiva ao demonstrarem que o envolvimento paterno tende a produzir experiências positivas e satisfatórias para os homens. Entretanto, outros autores, como Cervený e Chaves (2010), observam que ainda persiste a representação do pai como provedor financeiro e da mãe como provedora emocional da família, mesmo quando ambos exercem atividades profissionais com jornadas equivalentes.

Faria (2003), ao investigar grupos de pais em uma pesquisa qualitativa, analisou os conflitos vivenciados na experiência da paternidade, suas características e os caminhos de transformação construídos pelos participantes. O estudo demonstrou que tais conflitos estão relacionados às tensões entre modelos patriarcais e pós-patriarcais de masculinidade e parentalidade.

Segundo o autor, existe frequentemente uma desarmonia entre a concepção consciente do que significa ser um homem e um pai contemporâneo e os conteúdos inconscientes associados aos arquétipos masculinos presentes na cultura, que ainda valorizam a figura do homem provedor, heroico e conquistador (Faria, 2003). Essa tensão ajuda a compreender muitos dos desafios enfrentados pelos homens na construção de novas formas de exercer a paternidade na atualidade.

De fato, Del Priore (2013) reforça que o conceito de pai adquiriu novas formas nas últimas décadas, de opressor para amigo, e continua:

hoje, os pais não ocupam — ou não desejam ocupar — um papel de puro autoritarismo ... O papel do pai, ao contrário, é tornar possível o encaminhamento da criança, desde sua realidade biológica de pequeno ser vivo até sua maturidade e sua integração social. De preferência com responsabilidade e afeto. Mesmo sua função econômica se reduziu, graças ao trabalho feminino e ao salário da mãe. (Del Priore, 2013, p. 182)

Esse impacto de transformação e mudanças sociais tem conduzido o homem/pai a refletir o seu papel na sociedade contemporânea, saindo da imposição de poder e virilidade para exercer sua função de pai numa relação horizontal com sua mulher e de maior equidade nas funções domésticas, educacionais e sociais.

Tudo isso vem de encontro às aspirações originais do movimento feminista, que, seguindo o sociólogo Michael Kimmel (1996), espera que um homem seja ético, emocionalmente presente e responsável por seus valores em suas ações com as mulheres, assim como com outros homens; ou seja, direta ou indiretamente, o feminismo favorece a masculinidade atual.

Diante destas mudanças, podemos dizer que podem estar emergindo novas formas de masculinidade no mundo privado: masculinidades cuidadoras; masculinidades igualitárias; e modelos baseados em vulnerabilidade e diálogo.

A tensão entre esses modelos emergentes e o modelo tradicional de pai — mais rígido, distante e autoritário — caracteriza o cenário contemporâneo da paternidade. Nesse contexto, a violência pode ser compreendida tanto como uma forma de resistência às mudanças quanto como um sintoma das transições em curso.

Partindo dessa compreensão, apresentaremos a tese de doutorado da autora com o objetivo de aprofundar a análise dos conflitos e dos marcadores sociais que influenciam o comportamento do homem contemporâneo. Entre esses fatores, destacam-se as crises econômicas, a maior independência feminina, a diversidade de gênero e de configurações familiares, a transição de uma economia centrada na produção para outra orientada aos serviços, além da influência crescente da mídia, da internet e de outras transformações socioculturais que têm levado os homens a repensar sua identidade, seus papéis e suas relações.

HOMENS EM MOVIMENTO: PESQUISA QUALITATIVA DA MASCULINIDADE NA GERAÇÃO X E NA GERAÇÃO Y

O objetivo deste trabalho foi identificar como homens cisgêneros heterossexuais pertencentes à Geração X (nascidos entre 1965 e 1979) e à Geração Y (nascidos entre 1980 e 1994), em seu espaço privado, estão elaborando suas questões emocionais no ambiente doméstico, na relação com a companheira, no exercício da paternidade e na vida cotidiana, diante das transformações geracionais que vêm ocorrendo no mundo digital, na sociedade, no trabalho, na família e nas relações interpessoais.

Para essa compreensão, serão apresentados conhecimentos que ampliem o olhar sobre o tema a partir dos conceitos de masculinidades, gênero, sexualidade, paternidade e mudanças geracionais. O propósito consiste em identificar possíveis demandas e sofrimentos presentes no mundo privado dessas gerações, bem como compreender se existem diferenças geracionais relacionadas ao comportamento masculino e às construções de gênero.

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida por meio de grupos focais, método caracterizado pela realização de entrevistas em grupo. Após a transcrição do material obtido, realizou-se uma análise textual com o auxílio do *software* IRaMuTeQ. Os resultados referentes à Geração X (nascidos entre 1965 e 1979) e à Geração Y (nascidos entre 1980 e 1994) foram inicialmente analisados e apresentados separadamente. Em seguida, foram produzidos os temas correspondentes a cada classe identificada, possibilitando a elaboração da análise e a obtenção dos resultados finais.

Como complemento à análise das gerações X e Y no Brasil, realizou-se uma pesquisa sobre os principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais ocorridos entre 1965 e 1994, bem como sobre os modos de vida, os comportamentos e as transformações culturais que marcaram esse período histórico.

Outro aspecto importante para este estudo refere-se ao fato de que, com a chegada do século XXI, o conceito de gerações na Sociologia passou a ser retomado sob uma nova perspectiva. Além das diferenças de classe social, passaram a ser consideradas as desigualdades de gênero, étnico-raciais e culturais. Nesse contexto, torna-se fundamental revisitar as trajetórias das gerações passadas para compreender as iniciativas coletivas das gerações atuais e os desafios que elas enfrentam.

A partir desse conjunto de referenciais teóricos, dados históricos e resultados empíricos, serão apresentados, separadamente, os resultados e a discussão referentes a cada geração investigada.

Resultados e Discussão da Geração X (homens de 40 a 55 anos)

Os resultados indicam que os homens da Geração X vivenciaram importantes transformações sociais relacionadas às relações de gênero e à vida familiar. Trata-se da primeira geração que acompanhou a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho, processo que alterou significativamente a dinâmica doméstica. Nesse contexto, as mulheres passaram a acumular responsabilidades relacionadas ao trabalho remunerado, aos cuidados da casa e à criação dos filhos, produzindo mudanças nas expectativas direcionadas aos homens.

Diante dessas transformações, os participantes relataram sentir pressão para participar mais ativamente dos afazeres domésticos e dos cuidados com os filhos. O espaço familiar passou a funcionar como um verdadeiro laboratório social, no qual maternidade e paternidade vêm sendo constantemente ressignificadas. Ao mesmo tempo em que enfrentam desafios relacionados à redefinição dos papéis de gênero, esses homens também relatam satisfação pessoal no exercício da paternidade, demonstrando maior envolvimento afetivo e emocional com os filhos.

Entretanto, as mudanças geracionais também produzem inseguranças. Muitos participantes expressaram dúvidas sobre como educar os filhos em um contexto social diferente daquele em que foram criados. Um dos entrevistados sintetiza essa percepção ao afirmar: “não existe manual para se educar, você vai criar do jeito que tem que ser feito, um ou outro vai dar um toque, vai te falar como é que você cria filho, entendeu? E aí você vê como é que tá”.

Os dados também evidenciam certa resistência em relação à ampliação da autonomia feminina e às mudanças nas relações de gênero, revelando tensões entre valores tradicionais e novas expectativas sociais. Ao compararem suas experiências com as de seus pais, os participantes reconhecem que enfrentam desafios distintos daqueles vividos pelas gerações anteriores. Como relatou um entrevistado: “eu vejo que hoje eu tenho outros desafios do que meu pai teve lá no passado, né? Entendeu?”. Essa percepção demonstra que a paternidade contemporânea é atravessada por transformações sociais que exigem novas formas de adaptação e negociação dos papéis familiares.

Resultados e Discussão da Geração Y (homens de 25 a 39 anos)

Os homens da Geração Y apresentam características distintas das observadas na Geração X. Conhecidos como nativos digitais, cresceram em um contexto marcado pela expansão da internet, das mídias digitais e das plataformas de comunicação, elementos que influenciaram significativamente suas formas de socialização, construção identitária e percepção das relações de gênero.

Os participantes demonstraram maior abertura às mudanças sociais e às novas experiências, valorizando o desenvolvimento pessoal e a realização profissional antes da constituição de uma família. Além disso, convivem em ambientes de trabalho que reúnem diferentes gerações, transformando esses espaços em importantes laboratórios sociais de troca, aprendizagem e confronto entre valores tradicionais e contemporâneos.

Entretanto, essa geração também enfrenta desafios específicos. Os participantes vivenciam os efeitos da instabilidade econômica e das mudanças no mercado de trabalho, fatores que dificultam a manutenção dos modelos tradicionais de masculinidade. Apesar das transformações sociais e do maior acesso à informação, os resultados revelam que os valores associados à masculinidade hegemônica ainda permanecem presentes em suas crenças e expectativas.

Essa situação produz conflitos e sofrimento. Muitos homens relatam sentimentos de inadequação e insegurança, especialmente nas relações com as mulheres, demonstrando dúvidas sobre sua aceitação e sobre qual papel devem desempenhar nas relações afetivas contemporâneas. Um dos participantes expressa essa percepção ao afirmar: “Na época do meu pai, ele tinha uma estabilidade maior e podia manter aquele papel: ‘Ah, fui criado para ser provedor do lar’. E, talvez, hoje, não consiga”.

Os resultados sugerem que a Geração Y vive uma tensão constante entre os modelos tradicionais de masculinidade, ainda valorizados socialmente, e as novas exigências relacionais e profissionais da contemporaneidade. Esse cenário evidencia os desafios enfrentados pelos homens na construção de identidades masculinas mais flexíveis em um contexto marcado por profundas transformações sociais, econômicas e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender o fenômeno em sua totalidade (violência de gênero e masculinidade hegemônica), é preciso ir além do indivíduo agressor e analisar a estrutura que o forma. A crise contemporânea não é do ‘ser homem’ em si, mas de um modelo hegemônico tradicional que já não corresponde às exigências de uma sociedade plural, democrática e igualitária. O desafio reside na construção de masculinidades que prescindam da violência como linguagem de afirmação identitária.

A pergunta central não é apenas ‘por que os homens matam?’, mas ‘que tipo de masculinidade estamos criando — e que tipo de masculinidade queremos construir daqui para frente?’.

Isso inclui repensar como meninos são educados na família, na escola e na sociedade; como homens aprendem (ou não) a se expressar emocionalmente; o papel da mídia e da cultura na reprodução de estereótipos; o acesso limitado a políticas de saúde mental masculina; e a ausência de modelos positivos de masculinidade que valorizem diálogo, corresponsabilidade e empatia.

Isto envolve educação afetiva, paternidade ativa, igualdade de gênero desde a infância, políticas públicas de prevenção e acolhimento, fortalecimento de redes de apoio que permitam aos homens falar de dores antes que elas se transformem em agressão, cooperando na construção de novas referências de masculinidade — mais humanas, plurais e capazes de conviver com igualdade.

Finalizando com os resultados desta pesquisa, pode-se afirmar que houve e está havendo muitas mudanças geracionais. Os homens buscam adaptar-se às novas realidades e alterações/acomodações que estão acontecendo no mundo e no Brasil, com as transformações oriundas do mundo digital com inteligência artificial, mídias entre outros.

Não se pode deixar de ter em conta que, no mundo moderno, os homens buscam construir e manter suas identidades em meio à constante mudança. Lutam para se conectar a

grupos que também estão em movimento, tentando preservar suas identidades por um breve período, mas enfrentam a efemeridade dessas conexões como processos em aberto.

Um aspecto importante a se comentar é que, no exercício da paternidade, este pai generoso, que se sente satisfeito em estar cuidando e aprendendo a reconhecer tanto a sua emoção quanto a do seu filho, não se vê ameaçado e nem julgado em sua masculinidade, conseguindo expressar seu sentimento e afeto de forma espontânea e descontraída.

O que está acontecendo com os homens não pode ser analisado isoladamente. Eles são produtos e agentes de um mundo em transição. Se muitos vivem crises, medos e ressentimentos, é porque o antigo modelo de masculinidade não oferece mais respostas, e o novo ainda está em construção.

Os homens precisam de seu lugar de fala, para conversarem, debaterem, trocarem e refletirem sobre seus valores e crenças que tanto os oprimem e cobram algo impossível de atingir está masculinidade onde não podem sentir, chorar e amar sem culpa.

REFERÊNCIAS

- Alvim, S. F., & Souza, L. (2004). *Homens e mulheres e violência*. Instituto Noos.
- Angelico, S. L. (2019). *Dando voz ao homem de hoje: Valores e crenças subjacentes às atitudes e comportamentos ditos como machistas* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22154>
- Angelico, S. L. (2025). *Homens em movimento: Pesquisa qualitativa da masculinidade na geração X e na geração Y* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/45071>
- Badinter, E. (1993). *XY: Sobre a identidade masculina* (M. I. D. Estrada, Trad.). Nova Fronteira.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, Trad.). Zahar.
- Bogdan, I., Turliuc, M. N., & Candel, O. S. (2022). Transition to parenthood and marital satisfaction: A meta-analysis. *Frontiers in Psychology*, 13, 901362. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.901362>
- Bourdieu, P. (2010). *A dominação masculina* (M. H. Kuhner, Trad.; 9ª ed.). Bertrand Brasil.
- Bowen, M. (2004). *Family therapy in clinical practice*. Rowman & Littlefield.
- Brasil. (2024). *Mapa da segurança pública 2024: Ano-base 2023*. Secretaria Nacional de Segurança Pública.
- Brasil. (n.d.). *Saúde do homem*. Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-homem>
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (Coords.). (2024). *Atlas da violência 2024*. IPEA.
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (Coords.). (2026). *Atlas da violência 2026*. IPEA.
- Cervený, C. M. O., & Chaves, U. F. (2010). Pai? Quem é este? A vivência da paternidade no novo milênio. In L. V. C. Moreira, G. Petrini, & F. B. Barbosa (Orgs.), *O pai na sociedade contemporânea* (pp. 41–51). EDUSC.
- Connell, R. W. (1995a). *Masculinities*. University of California Press.
- Connell, R. W. (1995b). Políticas da masculinidade (T. T. Silva, Trad.). *Educação & Realidade*, 20(2), 185–206.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, 19(6), 829–859. <https://doi.org/10.1177/0891243205278639>

- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito (F. B. M. Fernandes, Trad.). *Estudos Feministas*, 21(1), 241–282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Courtenay, W. H. (2000). Constructions of masculinity and their influence on men's well-being: A theory of gender and health. *Social Science & Medicine*, 50(10), 1385–1401. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(99\)00390-1](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(99)00390-1)
- Del Priore, M. (2013). Pais de ontem: Transformações da paternidade no século XIX. In M. Del Priore & M. Amantino (Orgs.), *História dos homens no Brasil* (pp. 153–184). Unesp.
- Faria, D. L. (2003). *O pai possível: Conflitos da paternidade contemporânea*. EDUC.
- Fender, M. F. (2016). *A experiência e os desafios da adoção por pais que se declaram homossexuais* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19382>
- Frizzo, G., Kreutz, C., Schmidt, C., Piccinini, C., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 15(3), 84–93. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19774>
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (R. Fiker, Trad.). Unesp.
- Kimmel, M. (1996). *Manhood in America: A cultural history*. Free Press.
- Kimmel, M. (2013). *Angry with men: American masculinity at the end of an era*. Bold Type Books.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205–216.
- Macedo, R. M. S. (2009). Questões de gênero na terapia de família e de casal. In L. C. Osório & M. E. P. Valle (Orgs.), *Manual de terapia familiar* (pp. 58–73). Artmed.
- Maciel Jr., P. A. (2013). *Tornar-se homem: Projetos masculinos na perspectiva do gênero*. Livre Expressão.
- Machado, R. D. L. (2021). *Como tudo (re)começou: A transição para o segundo filho sob a perspectiva de pais e mães* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Minayo, M. C. S., & Souza, E. R. (1997). Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 4(3), 513–531. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000300006>
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Artes Médicas.
- Nogueira, S. N. B. (2024, 26 de janeiro). *O país que mais mata trans pelo 15º ano: Brasil! A geografia na produção do conhecimento e a coleta de dados de 2023*. Docência e Ciberultura. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/announcement/view/1764>

- ONU Mulheres. (2016, 25 de outubro). *81% dos homens consideram o Brasil um país machista, aponta pesquisa inédita da ONU Mulheres*. <https://www.onumulheres.org.br/noticias/81-dos-homens-consideram-o-brasil-um-pais-machista/>
- ONU Mulheres. (2021). *ElesPorElas*. <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas>
- Papo de Homem. (2019, 29 de agosto). *O silêncio dos homens | Documentário completo* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>
- Ramos, M. S. (2000). Um olhar sobre o masculino: Reflexões sobre os papéis e representações sociais do homem na atualidade. In M. Goldenberg (Org.), *Os novos desejos: Das academias de musculação às agências de encontros* (pp. 41–59). Record.
- Rodrigues, P. M., & Gonçalves, C. S. (2011). Pai deve participar: Reflexões sobre a paternidade na atualidade. In F. P. Jaeger, C. S. Kruehl, & A. L. Siqueira (Orgs.), *Parentalidade e contemporaneidade: Os desafios para a Psicologia* (pp. 79–102). Centro Universitário Franciscano.
- Souza, R. M. (1994). *Paternidade em transformação: O pai singular e sua família* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório da PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15100>
- Souza, R. M., & Ramires, V. R. R. (2006). *Amor, casamento, família, divórcio... E depois, segundo as crianças*. Summus.
- Trevisan, J. S. (2021). *Seis balas num buraco só: A crise do masculino* (2ª ed.). Objetiva.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. FLACSO.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Não há.
 - ☐ **Financiamento:** Pago pela própria autora.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não houve conflitos de interesse.
 - ☐ **Aprovação ética:** Não precisou.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os trabalhos citados ao longo do texto se encontram na lista de referências.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** A autora é a única responsável pela produção do artigo.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

